



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO COORDENADORA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ATA DA XVII REUNIÃO ORDINÁRIA
16 de setembro de 2008

ATA N 17/2008/CCZEE

1. Abertura

1.1 Os trabalhos tiveram início às 9:35h, sob a direção do Sr. Roberto Vizentin e com a presença de 18 membros, dentre titulares e suplentes. Ressaltou, também, as presenças dos Srs. Carlos Minc e Reinhold Stephanes, os quais são, respectivamente, ministro do Meio Ambiente e ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A direção da mesa fez breves contextualizações dos trabalhos em parceria com os Estados e que estão em andamento.

2. Presenças

2.1 Membros Efetivos da Comissão

Egon Krakhecke, Ministério do Meio Ambiente
Roberto Vizentin, Ministério do Meio Ambiente
Byron Prestes Costa, Ministério da Justiça
Gustavo de Souza Abreu, Ministério da Defesa
Paulo César Garcia Brandão, Ministério da Defesa
João Antônio Fagundes Salomão, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Christina E. P. Vasconcelos, Ministério de Minas e Energia
Jairo Rodrigues da Silva, Ministério dos Transportes
Emmânel Lopes Tobias, Ministério dos Transportes
Marco Aurélio Pavarino, Ministério do Desenvolvimento Agrário
Luiz Oliveira, Ministério do Desenvolvimento Agrário
Margarete Rebouças, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Cristina Del Bosco, Ministério de Ciência e Tecnologia
Daniella Dê Vicente Prado, Ministério de Desenvolvimento Social
Fernando Carvalho Filho, Ministério das Cidades
Daniellen do Amaral, Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio
Ariel Cecílio Garces Pares, Secretaria de Assuntos Estratégicos
Tauana Monteiro Guedes dos Santos, Secretaria de Assuntos Estratégicos

2.2 Membros do Consórcio ZEE Brasil e Convidados

Marcos Estevan Del Prette, Ministério do Meio Ambiente
Bruno Abe Saber, Ministério do Meio Ambiente
Maria Elisabete Silveira Borges, Ministério do Meio Ambiente
Bernardo Eckhardt, Ministério do Meio Ambiente
Priscila Lopes Soares da Costa, Ministério do Meio Ambiente

Victor Assis Carvalho Santos, Ministério do Meio Ambiente
Edicarlos Gomes de Sousa, Ministério do Meio Ambiente
Glauce Tadaiesky Marques, Tribunal de Contas da União
Adma Hamam de Figueiredo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Celso José Monteiro Filho, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Cássio Roberto da Silva, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Carmen Roseli Caldas Menezes, Programa Pará Rural
Daniel Gianluppi, Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
Haroldo Eurico Amoras dos Santos, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
Jaime de Agostinho, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
José Antônio , Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
Erci de Moraes, Assembléia Legislativa
Jonílson Sampaio, Assembléia Legislativa
Sales Freitas, Ministério Público Estadual

3. Itens de pauta

- 3.1. Apresentação e discussão do ZEE do estado de Roraima (proposta do executivo encaminhada à Assembléia Legislativa).
3. Apresentação e discussão do ZEE da BR-163.

3. Aprovação da Ata da 16º Reunião

3.1.1 Esclarece que haverá uma outra reunião da CCZEE, em caráter extraordinário, a ser realizada no dia 30 de setembro ou 7 de outubro. Nela irá ocorrer esclarecimentos sobre as decisões da reunião anterior e sua respectiva aprovação da ata.

3.2 Informes

O Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, fez uma crítica ao ZEE do Estado do Acre, pois este não tinha levado em consideração o Setor Agropecuário, ou seja, não havia uma representação.

O Sr. Carlos Minc, Ministro da Meio Ambiente, declarou que o ZEE, embora tenha alguns, problemas, é um importante instrumento para definir as regras. Já que sem regras claras, impera as incertezas e as complicações que tanto permeiam o Poder Público e o Setor Produtivo.

O Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima, Jaime de Agostinho, iniciou a apresentação às 10:05. O ZEE está em apreciação pela Assembléia Legislativa Estadual, cujo o relator do projeto de lei estava presente na CCZEE.

A representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Daniellen do Amaral, fez uma ressalva ao ZEE de Roraima; pois, embora a indústria represente cerca de 11% do PIB estadual, não observou nenhuma menção às atividades industriais.

O representante do Ministério dos Transportes, Sr. Jairo Rodrigues, faz o questionamento se o PNT (Plano Nacional de Transportes), se a malha aérea, viária e aquática, ou seja todos estes elementos e seus fluxos foram levados em consideração no processo de elaboração do ZEE. Destaca, também, a importância dos parcerias com os órgãos federais da região, devido aos seus melhores conhecimentos sobre a realidade local.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, João Antônio Fagundes Salomão, fez críticas quanto à obrigatoriedade do ZEE e das propostas de normas que visam vincular o ZEE a outras ações, tais como o crédito agrícola. Crítica também o tempo necessário para revisão, ou seja, 10 anos. Sugere que o instrumento ZEE deveria ser mais flexível.

A representante do Ministério de Minas e Energia, Christina Elisabeth Paes de Vasconcelos, corrobora com o Sr. Salomão; refere-se ao ZEE como um instrumento “verde”, o qual deve considerar um maior enfoque às outras perspectivas, além da ambiental. Sugere que o ZEE, por ser um importante ferramenta de planejamento, deveria estar sob a tutela e coordenação do MPOG.

A reunião teve início, no período vespertino, às 14:15 com a apresentação do zoneamento da BR-163 e posteriormente abriu-se um espaço para debates.

Em seguida, o Diretor Geral do Inpe, Gilberto Câmara, fez uma apresentação discutindo a metodologia do ZEE. Iniciou-se um debate; porém, como não foi possível esgotar o assunto, por falta de tempo, os representantes sugeriram que fosse marcada uma reunião extraordinária para discuti-la melhor.

4. Encaminhamento:

Ficou definido que o MMA irá trabalhar melhor a maneira de dar publicidade às informações, reestruturando o Portal ZEE e, também, por meio de um boletim informativo periódico do ZEE, o qual será apresentado, na próxima reunião, as primeiras idéias desenvolvidas.

Discutir posteriormente - com a comissão e o consórcio - a internalização de gestão de riscos, a dinâmica de funcionamento da Comissão e também indicadores (matriz).